

Meta é a capitalização da indústria

Um documento contendo dez propostas visando à redução das taxas de juros, como medida de tornar viável a capitalização do setor industrial em 83, foi divulgado ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Mas o documento poderá sofrer acréscimos depois de ser discutido com representantes do setor financeiro, empresarial e governamental, e ser analisado pela diretoria executiva da Fiesp, na sua primeira reunião do ano, segunda-feira próxima.

O presidente da Fiesp, que não aceita a desvinculação dos itens, que devem ser aceitos em bloco, informou que o documento foi enviado ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central e, provavelmente, será discutido com seus representantes. "Existem boas possibilidades de que as propostas sejam acatadas na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional", enfatizou Vidigal.

Ao comentar as propostas, ele explicou que "a indústria não tem condições de pagar mais de 20% de juros reais", enquanto as taxas praticadas nos últimos seis meses oscilaram entre 55% ao ano, e os juros reais estimados para 83, segundo análises do sistema financeiro, não devem ser inferiores a 35%. "Isso é um absurdo, porque 20% já é um índice elevado e que tem condições de ser reduzido a curto prazo. Caso a diminuição das taxas não ocorra até o final do primeiro trimestre, o setor industrial não terá condições de sobreviver, devendo iniciar-se uma 'quebra-deira' generalizada, que afetará principalmente a média e a grande empresa", enfatizou.

Os objetivos propostos a médio prazo pela Fiesp são de redução das taxas de juros reais até atingir um patamar equiparado ao internacional, algo em torno de 7%. Em linha geral, as sugestões foram levantadas pelo sistema financeiro, à exceção das de número um, oito e dez e críticas feitas à primeira proposta sugerem a possibilidade de sua rejeição pelo Conselho Monetário Nacional.

Quanto à diferença entre a correção cambial e as ORTN, Vidigal afirmou que isso não significará um novo subsídio, uma vez que o governo tem condições de arcar com o custo, utilizando o superávit do orçamento fiscal. Em 1982, essa diferença representou recursos da ordem de Cr\$ 400 bilhões.

O aumento dos impostos permitirá reverter para o setor privado recursos arrecadados pela Previdência, IOF, Finsocial e depósito compulsório, "que sempre têm mão única, porque não retornam mais para as empresas". A redução do IOF é viável, segundo Vidigal, "pois existe excesso de arrecadação, houve redução nos investimentos, mas o custeio ainda pode baixar mais".

Em relação aos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), o documento propõe sua retirada gradual do mercado utilizando-se o mecanismo de absorção do recolhimento compulsório dos bancos ao Banco Central. Como exemplo, Vidigal propôs a capitalização das empresas com subscrição de aumento de capital pelo banco, que seria deduzido do compulsório.

O "leasing back" é uma proposta ampliada de outra feita pela Fiesp em 82, que constitui a incorporação de imóveis com capitalização, com vantagens para a empresa, uma vez que estaria condicionada à compra. A décima proposta visa a evitar a correria aos bancos para o levantamento de recursos para pagar o Imposto de Renda à vista. Isso porque "o dinheiro está escasso no mercado e, consequentemente, provocaria a elevação dos juros". O parcelamento, que é a sistemática em vigor, onera muito o setor.

INDÚSTRIA

Documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ontem encaminhado pelo seu presidente, Albano Franco, ao ministro Ernane Galvães, da Fazenda, expressa a posição do empresariado industrial para a imediata diminuição do custo do dinheiro.

A Federação das Indústrias do

Estado do Rio de Janeiro, (Firjan) também enviou mensagem ao Ministro da Fazenda, expressando a inquietação dos industriais fluminenses diante da "súbita inexplicável elevação das taxas incidentes no desconto de duplicatas". Na manifestação feita pelo seu presidente, Arthur João Donato, a Firjan também defende a adoção de medidas para assegurar a capitalização das empresas privadas, de forma a estancar sua descapitalização "originada, muitas vezes, no atraso da liquidação de seus créditos contra entidades e empresas estatais".

Outro protesto contra as taxas de juros partiu da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), que também solicitou ao Ministro da Fazenda que "seja ordenado o sistema financeiro do País, de forma a manter a competitividade e que os recursos das cadernetas de poupança continuem destinados a atender suas precíprias finalidades sociais".

Na segunda-feira, véspera da reunião do Conselho Monetário Nacional, a Confederação Nacional da Indústria divulgará a íntegra do documento sobre taxa de juros, ontem enviado ao ministro Ernane Galvães. Caberá ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e Financeiros da CNI, o industrial Edgard Arp, anunciar os pontos básicos do estudo da CNI em comparação com outras propostas.

Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, "as classes produtoras têm reivindicado a redução da taxa de juros, como essencial à manutenção do nível de atividade das empresas e de ocupação da mão-de-obra, bem como necessária à indução de novos investimentos". No documento encaminhado ao ministro Galvães, a Firjan apoiou o documento dos banqueiros em favor da redução da taxa de juros, manifestando ainda sua expectativa de que as medidas a serem aprovadas pelo Conselho Monetário contribuam "para recuperação da vitalidade das empresas afetadas pela grave crise que enfrentamos".